

Mercado financeiro aposta na saída de Lara Resende

Ontem o mercado financeiro dava como certa a demissão do diretor da dívida pública do Banco Central, André Lara Resende, que entrou em férias na terça-feira e viajou para o exterior. Segunda-feira ele esteve em Brasília para entregar, segundo fontes do próprio Banco Central, sua carta de demissão. O pedido não teria sido aceito pelo governo, que lhe propôs duas semanas de férias para que pensasse melhor no assunto.

No Banco Central a informação que está sendo dada é que Lara Resende está de férias e só retornará em outubro. De qualquer forma, o que está inquietando os dirigentes de instituições financeiras é a ausência neste momento, seja ela motivada por férias ou por demissão, do diretor do BC responsável pela condução da política monetária e administração da dívida pública.

O mercado financeiro convive novamente, após alguns meses de estagnação, com a realidade de estar sendo utilizado como fonte de recursos para financiar os gastos e cobrir parte do déficit público. Isso de imediato resultou na elevação acentuada das taxas de juros e na maciça colocação de títulos federais (cerca de Cz\$ 70 bilhões em setembro o que representa uma captação líquida de Cz\$ 12 bilhões para os cofres públicos). Essa situação seria um dos motivos para André Lara Resende querer se afastar do governo, por discordar de uma política monetária ortodoxa.

Na realidade ninguém sabe os motivos do afastamento de Lara Resende e alguns acham que existe uma discordância em relação à atual fase do Plano Cruzado.

Há, no entanto, uma grande preocupação com o que ocorrerá no mercado aberto (**open market**), a partir do dia 1º de outubro, quando entram em vigor as novas regras tributárias, desestimulando ao máximo as aplicações de curto prazo. Como só as LBC (Letras do Banco Central) não serão tributadas, as instituições financeiras já estão prevendo uma elevação acentuada no custo de financiamento das carteiras de títulos privados. O motivo: para competir a partir de 1º de outubro com uma rentabilidade de 2% nas aplicações de curtíssimo prazo, lastreadas em LBC, as instituições teriam de

oferecer aos investidores 5% ao mês para que se interessassem em financiar papéis privados.

A CVM-Comissão de Valores Mobiliários iniciou processo de consulta prévia ao mercado de capitais para estudar a regulamentação mínima para o mercado futuro de índices, informou ontem o presidente em exercício da Bolsa de Valores do Rio, Cesar Manoel de Souza. A competência dada ao Banco Central e à CVM para regulamentar os negócios futuros de mercadorias e índices não pode ser entendida, segundo ele, como forma de restringir o desenvolvimento do mercado. Mas sim como forma de orientar o desenvolvimento do mercado de capitais, de acordo com os objetivos de política econômica.

Em julho deste ano, de acordo com dados divulgados no documento do Banco Central "Brasil-Programa Econômico" do mês de agosto, a dívida pública mobiliária federal atingiu o total de Cz\$ 788 bilhões, com um crescimento nominal em relação a dezembro de 1985 de 95,7%. Estavam em poder do Banco Central títulos no volume de Cz\$ 444 bilhões, ou seja, 56,3% da dívida interna total.

Em poder do público ou fora do Banco Central, a dívida mobiliária federal em títulos atingia em julho Cz\$ 344,4 bilhões (43,7% do total), tendo registrado em relação ao mês anterior uma queda de 2,6%. Nos últimos 12 meses até julho, o aumento nominal foi de 125,5% e a queda real de 2,7%, o que é um fato inusitado, porque há muitos anos a dívida em poder do mercado, nos últimos 12 meses, não registrava redução.

Provavelmente no mês de agosto, quando o Banco Central continuou a realizar retirada líquida de recursos do mercado (resgatando mais papéis públicos do que vendendo), a dívida em poder do público deve ter continuado a cair. Já neste mês de setembro, a tendência certamente se inverteu, porque o BC voltou a realizar colocações líquidas de papéis (já vendeu mais de Cz\$ 70 bilhões de papéis, contra um resgate de Cz\$ 58 bilhões), para auxiliar o governo a financiar gastos e a cobrir o déficit fiscal. Isto é, em setembro, pelo que tudo indica, a dívida em poder do mercado voltará a crescer.